



Foto Duca Lessa

Bresser com os deputados do PMDB: definindo os próximos passos.

Bresser fala das linhas mestras da economia

O plano econômico, porém, só deve sair dentro de cinco semanas.

91

Mesmo sem ter definido um programa para solucionar a crise econômica brasileira, o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, adiantou ontem aos deputados do PMDB suas linhas mestras: maior proximidade entre as taxas de juros e de inflação; fomento das exportações sem prejudicar o mercado interno; atitude soberana em relação à dívida externa, por meio de conversações amplas e sem o monitoramento do FMI; ajustes graduais, sem choques; prioridade para o combate à inflação e medidas anti-recessivas. Na véspera, falando no programa "crítica e Auto-crítica", da **TV Bandeirantes**, o ministro admitiu que a economia já apresenta sintomas de recessão.

Contra a atitude do governo na renegociação da dívida manifestou-se ontem em Brasília o empresário Antônio Ermírio de Moraes, para quem "a maior crise que estamos enfrentando hoje é uma crise de moral, por essa moratória irresponsável. Temos condições de pagar, é só ter vergonha na cara".

As linhas mestras de Bresser foram anunciadas pelo deputado Hélio Duque (PMDB-PR), que participou do encontro do partido com o ministro ao lado do líder Luiz Henrique e do "grupo de economia" do PMDB: Irajá Rodrigues (RS), Roberto Brant (MG), Luís Pontes (RS), Nyder Barbosa (ES), Ismael Vanderley (RN), José Serra (SP) e Maurílio Ferreira Lima (PE).

Os deputados insistiram muito junto ao

ministro para que Bresser resolva o problema do endividamento de Estados e municípios. O ministro da Fazenda ponderou que a União não pode arcar com o ônus total e ficou de buscar uma fórmula mista. O endividamento das micro e pequenas empresas também foi abordado, com destaque para a insolvência em cadeia, embora sem definição por enquanto.

Hélio Duque insistiu, com apoio dos demais, na necessidade de uma política econômica consistente de modo a permitir alternativas à sociedade de produção e trabalho. Disse ainda que o PMDB não se recusaria a fazer a defesa do governo, desde que o Ministério da Fazenda adotasse medidas concretas.

Ao prometer que dentro de quatro a cinco semanas apresentará seu programa econômico, Bresser garantiu que manterá a política de desvalorização cambial e que não está pensando em mídi ou maxidesvalorização. Por fim, disse que pretende agilizar ao máximo o Banco do Brasil para fortalecê-lo como instrumento nacional de capitalização das micro, pequenas e médias empresas. Reconheceu que a situação é muito grave e que problemas semelhantes só aconteceram uma vez na história do Brasil: em 1931, quando o titular da Fazenda era Osvaldo Aranha.

Querem mais clareza

No encontro, o ministro também disse

que o informará sobre todas as medidas que vier a adotar. A promessa foi feita em resposta a pedidos de alguns parlamentares para que ele "modifique a forma de transmitir suas idéias", contou Irajá Rodrigues, líder do "grupo de economia". Segundo informou, seus colegas pediram mais clareza nas falas de Bresser Pereira, "para que não se crie nenhuma intranquilidade na economia". Lembrou que o congelamento defendido "em tese" por Bresser em sua entrevista ao **Estado/JT**, três dias antes de ser indicado para o ministério, "pode ter contribuído para a remarcação dos preços das últimas semanas".

Rodrigues informou que ainda hoje o Ministério da Fazenda e a Caixa Econômica Federal autorizarão os Estados a receberem recursos do governo federal, mesmo sem o certificado de regularidade fiscal. A suspensão da exigência do certificado já foi acertada com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), informou o deputado. Em sua grande maioria, os Estados não estão em dia com suas obrigações fiscais, não fazendo jus a novos créditos, especialmente na área do BNH.

O grupo também quer que a LBC deixe de ser o indexador do mercado financeiro, com a OTN reassumindo esta função. Rodrigues observou que a atualização diária da taxa da LBC, com base na inflação, acaba gerando mais expectativas inflacionárias.